

Análise da Dependência

no início do Século XXI:

*algumas questões importantes**

Diana Hunt

Sussex University, Reino Unido

1. Introdução

Algumas questões persistem como foco da análise da dependência. As questões são as seguintes:

- A crescente interdependência entre as nações na economia mundial.
- Dificuldades na identificação dos elementos de dependência, nas relações econômicas mundiais, que restringem o desenvolvimento somente em economias menos desenvolvidas.
- A importância relativa de condições externas e restrições de política doméstica no desenvolvimento dos países periféricos.
- A significância crescente de competições relativas entre as economias periféricas.
- A importância relativa da dependência e vulnerabilidade como restrições ao desenvolvimento.
- A significância contemporânea da dependência institucional.
- Dependência temporária e permanente.

* N.E. Este texto é uma reprodução, em formato de artigo, da palestra apresentada por Diana Hunt no // *Workshop Desenvolvimento & Economia*, organizado pelo Núcleo de Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Autorizada pela autora, a adequação ao formato de artigo foi de responsabilidade de Niemeyer Almeida Filho, professor do Instituto de Economia e Coordenador do evento, a partir de tradução da palestra, do original em inglês para o português, feita por Cleomar Gomes da Silva, mestrando do Programa de Pós-graduação em Economia do IIEUFU.

- Dependências externa e interna e a relação entre elas.

Antes de tratar brevemente dos tópicos acima, é preciso esclarecer o que considero ser **alguns dos elementos-chave no legado analítico da “early dependency school”** (incluindo as contribuições de críticos simpáticos à idéia).

- Interpretação da dependência como uma situação condicionante em que as economias de um grupo de países são condicionadas pela expansão e desenvolvimento de outro grupo (Dos Santos, 1970).
- Reconhecimento de que economias da periferia são uma parte integrante do sistema capitalista mundial, num contexto de internacionalização crescente do sistema como um todo, enquanto que a dinâmica central deste sistema fica por fora das economias periféricas, fazendo com que as opções abertas para elas sejam condicionadas pelo desenvolvimento do sistema central (Cardoso).¹
- A declaração provocativa de Lall de que não há uma forma identificável de dependência que seja uma característica necessária, sem falar suficiente, de subdesenvolvimento: muitos elementos de dependência são também encontrados em economias capitalistas mais desenvolvidas (Lall, 1975).
- O desafio de Lall que ‘qualquer conceito de dependência que diz ser uma teoria de dependência deveria satisfazer dois critérios:
 - 1) deve apresentar algumas características de economias dependentes que não são encontradas em economias não dependentes.
 - 2) Estas características devem ser mostradas para afetar adversamente o curso e padrão de desenvolvimento das economias dependentes (Lall, 1975:800).
- A conclusão de alguns analistas de dependência, incluindo Cardoso e Palma, que era necessário estender a análise de dependência além de uma procura por ‘insights’ generalizáveis e chegar ao status dependente das economias periféricas: ‘insight’ mais profundos do desenvolvimento da periferia poderiam ser obtidos através de uma análise mais profunda da maneira em que as economias são inseridas no sistema capitalista mundial, levando em consideração a interação entre fatores condicionantes externos e fatores internos às economias.

Estes fatores internos são:

- 1) dotação de recursos naturais e a composição de produção e exportações.
- 2) localização geográfica.
- 3) tamanho econômico.

¹ Mais controversa é a proposição que ‘algumas países podem expandir por impulsão própria enquanto que outros, tendo uma posição dependente, podem somente expandir como uma reflexão dos países dominantes’ (Dos Santos, *op. cit.*).

- 4) a importância relativa das formações sociais capitalistas e pré-capitalistas e a relação entre elas (incluindo a força da burguesia doméstica).
- O reconhecimento, por alguns analistas de dependência, que nem as forças que determinam a direção do desenvolvimento do sistema capitalista mundial nem as relações entre as economias capitalistas do centro e periferia são estáticas. Uma análise efetiva das maneiras em que a dinâmica do desenvolvimento dos países capitalistas avançados condiciona o escopo para desenvolvimento na periferia deve levar este ponto em consideração.

Na minha opinião, podemos tirar deste debate inicial sobre dependência uma definição amplamente aceita de dependência econômica (que está relacionada ao trabalho do Professor Dos Santos) e um arcabouço metodológico também amplamente aceito para a análise da dependência relacionado aos trabalhos dos Professores Cardoso e Palma. Esta metodologia está incluída num arcabouço teórico mais amplo para o estudo da dependência. Mas nós não temos uma teoria da dependência ampla e distinta, no sentido de que uma teoria geral válida de como a dependência condiciona o desenvolvimento da periferia.

A crise da dívida dos anos 1980 mostraram a natureza dependente das relações entre a periferia e as economias centrais do sistema capitalista mundial: para muitas economias periféricas o gerenciamento da crise do balanço de pagamentos parecia impossível sem um recurso ao capital financeiro do centro, em termos e condições que foram montados por regimes e instituições que representavam os interesses do centro do capitalismo mundial.

Os anos de 1980 foram também dominados por reformas que aumentaram dramaticamente o grau de integração da periferia na economia mundial, um processo continuado nos anos 90: reformas que alguns interpretam como um maior aumento da dependência econômica entre centro e periferia.

Entretanto, deve-se notar que há pouca evidência de qualquer tipo de demanda forte na periferia tradicional (o oposto, talvez, para alguns países do leste europeu) para uma reversão no padrão e nos níveis de desligamento da economia mundial, que tenham sido aplicados anteriormente às reformas.

Apesar disso, a implementação das reformas vem sendo seguida da emergência de novos problemas na periferia e de uma acentuação de outros problemas. Estes incluem:

- 1) os impactos do aumento do fluxo de IDE nas condições de emprego e na estabilidade do produto e emprego das economias periféricas.
- 2) Os impactos da liberalização dos mercados financeiros e fluxos de capitais internacionais.
- 3) O impacto da liberalização do comércio nos setores modernos de emprego, no balanço de pagamentos e crescimento econômico, particularmente em economias de baixa renda dependentes das tradicionais exportações primárias.

Contudo, a abertura das economias da periferia, que é refletida nestes fenômenos, pode também ser interpretada como a causadora do grau de integração no sistema econômico mundial em se mover mais próximo àquilo observado nas economias mais avançadas (onde as taxas tarifárias médias estão ainda significativamente menores do que na periferia – apesar de a proteção tarifária ser maior – e onde os mercados de capitais já foram liberalizados). Assim, se estas tendências aumentaram a dependência das economias da periferia ao invés de gerar uma maior uniformidade nos graus de interdependência – precisamos ser mais claros de como e por quê isto aconteceu.

Um problema que uma boa análise de dependência deve evitar é a atribuição errônea de uma performance ruim de desenvolvimento a **restrições geradas externamente** quando, de fato, elas podem ser explicadas, total ou parcialmente, por **políticas domésticas inapropriadas**. Na verdade, um analista da dependência poderia ligar esta observação com a resposta que são os determinantes de escolha de política que necessitam de análise, incluindo identificação de interesses de classes externos e internos que dominam a formação de política, a natureza de seus interesses comuns e a natureza dos interesses domésticos na periferia em que eles se opõem. Contudo, não estou convencida que tal análise, se ou não suportadas por referências aos aspectos da hegemonia cultural do centro sobre a periferia, podem explicar todas as escolhas relevantes de políticas domésticas, incluindo aquelas que influenciam as decisões de locação de capital estrangeiro e aquelas que contribuem com altos níveis de mobilidade de capital financeiro internacional.

Um caso interessante é a recente migração de 300 fábricas estrangeiras (norte americanas) do México para a China (The Economist, 26/Julho/2003 p.49). Alguém pode ser tentado a interpretar esta realocação como um refletor da dependência da periferia de IDE de curto prazo: uma ilustração do poder do capital internacional em relação à transferência de produção na emergência de locações mais lucrativas – neste caso, devido a custos de trabalho substancialmente mais baixos e uma taxa de câmbio artificialmente mais baixa da economia chinesa. Contudo, como sugerido pelo próprio artigo, há uma interpretação alternativa que explica a transferência em termos de design de política, no passado e no presente, no México que diminui a atração mexicana para os IDE devido aos seguintes pontos:

- 1) preços de energia e comunicações não competitivos devido, grandemente, à influência dos monopólios de estado na definição de preços.
- 2) Redes de transportes pobres.
- 3) Leis trabalhistas complexas que aumentam os custos do trabalho.
- 4) Falta de investimento adequado em alguns tipos de treinamento técnico (engenharia, tecnologia de informação) que poderia levar a uma melhora da força de trabalho e assim facilitar a adaptação de novos IDEs e a melhora de tecnologia em investimentos já existentes.

Os problemas que o México enfrenta hoje são em parte um legado do passado e não são certamente de fácil solução; mas a questão é: Será que o atual governo mexicano e os governos passados tiveram a liberdade de manobra para achar uma solução mais rápida? Se eles tiveram, os impactos negativos no PIB e emprego gerados pelo êxodo de IDE não são simplesmente um reflexo da dependência da economia mexicana das decisões reversíveis de locação de IDE mas a falha em

reconhecer as implicações da política doméstica em relação à competição internacional por IDE, incluindo competição entre as economias da periferia.

Uma questão análoga surge pelas recentes e bem diferentes experiências de duas economias vizinhas no norte do continente africano – Marrocos e Tunísia. Estas economias têm tido diferentes graus de sucesso em relação à sustentação de IDE e competitividade de exportações em suas principais categorias de manufaturas de exportação: têxteis e vestuário. No passado, a Tunísia deu maior ênfase a investimentos em educação de sua força de trabalho e o desenvolvimento de infraestrutura física, se comparada com Marrocos, e recentemente foi “ranqueada” como o mais atrativo para IDE no continente Africano. Enquanto que firmas têxteis têm sido fechadas (100 fecharam em 2000-01, com a perda de 40.000 postos de trabalho) e Marrocos está perdendo fatias de exportações em seu mercado principal, a EU, para a competição vinda da China e Índia, Tunísia tem mantido sua posição competitiva na EU e continua atraindo nos IDE neste setor. Enquanto que um cientista político pode oferecer uma explanação persuasiva para diferenças passadas no desenho de políticas e efetividade de implementação de política entre os dois países, não está claro que a diferença pode ser atribuída à diferença em graus de dependência, mas a diferenças em políticas internas determinantes, incluindo interesses de classes e a base de poder doméstico da elite governante.

Um fator de contribuição para a perda de postos de trabalho no Marrocos pode ter sido causada à ponderação do dólar na cesta de moedas utilizada na implementação da taxa de câmbio. Isto causou um aumento no *dirham* de 13% nos primeiros nove meses de 2000(a moeda local) em relação ao euro e moedas da zona do euro. Contudo, isto também é uma questão de política doméstica, apesar de uma questão mais técnica. É uma questão composta por conflitos potenciais entre dois objetivos de políticas: a necessidade de gerenciar a taxa de câmbio com vistas à promoção das exportações e à sustentação da balança estrangeira, enquanto promovesse a contenção da inflação doméstica. Isso, entretanto, é um problema enfrentado por todas as economias e não somente aquelas da periferia.

Estes exemplos também mostram um dos elementos no legado analítico da ‘early dependency school’ que listei anteriormente: a necessidade, enfatizada por Cardoso, Palma e outros, em reconhecer que o sistema capitalista mundial não é estático mas sim em processo de evolução. Como acontece em qualquer país, em que os empreendimentos capitalistas são engajados numa luta para alargar lucros absolutos e para manter a taxa de lucro, numa economia interdependente, todas as nações estão engajadas numa luta para manter, e melhorar, suas posições competitivas. O grau de sucesso alcançado pode ser parcialmente condicionado por fatores externos mas também é uma função da eficiência e adaptabilidade do capital privado, do trabalho e da efetividade de política pública.

Em nenhuma economia os ajustes proporcionados pela competição internacional crescente são indolores: mas eles podem ser facilitados por, por exemplo, investimento público efetivo em suporte aos treinamentos da força de trabalho, melhoramentos de infra-estrutura em locações preparadas para novos investimentos e design institucional eficiente.

Como uma ilustração de perversão da exposição á crescente competição internacional, e os efeitos da mesma, podemos notar que o Reino Unido desde 1950 tem experimentado a contração dramática de uma série de indústrias: têxteis, mine-

ração de carvão e construção naval – e a eliminação de capital nacional do controle de outras indústrias – incluindo a produção de carros. Produtos de todas essas categorias têm sido providos por outras nações. Apesar de a economia Britânica ter enfrentado tais crises, ela tem conseguido se adaptar à internacionalização da economia mundial, alcançando um crescimento significativo aumento no padrão médio de alguns serviços públicos e infra-estrutura.

Nem a economia americana está imune dos estresses advindos da crescente abertura da economia mundial, em que muitos de seus economistas mais importantes te estado entre os mais ardentes defensores.

Isso me traz a uma questão relacionada: o caso para fazer uma distinção entre a condição de dependência entre o sistema internacional e um dos vários graus de vulnerabilidade à competição internacional. Isto se aplica a cada um dos problemas em que listei anteriormente: exemplo, a exposição á mobilidade do capital e as tendências adversas nos mercados de commodities mundiais.

No passado e hoje alguns analistas da dependência têm focalizado a discussão em termos de comércio internacional, e a maneira de sua determinação, como uma característica chave das relações dependentes entre as economias do centro e periferia. Apesar de todas as economias estarem vulneráveis a choque de comércio adversos que podem impactar no volume e/ou os termos do comércio internacional. O choque em si pode ser devido a eventos naturais, a conluio feitos por parceiros de comércio (OPEC), a crises cíclicas que são uma característica inerente ao modo capitalista de produção, a conflitos internacionais, ou a pressões competitivas (se a emergência de produtores de custos mais baixos de produtos existentes utilizando tecnologia existente ou a introdução, por rivais, de tecnologia de custo mais baixo ou de novos produtos).

O grau de vulnerabilidade a choques adversos de comércio (como determinado em termos de impacto imediato nos indicadores-chave da performance econômica, incluindo a taxa de crescimento do PIB per capita e a proporção da população vivendo em pobreza absoluta), tende a ser inversamente relacionado com o nível de desenvolvimento econômico do país. Isso acontece por três razões: a estrutura de exportações das economias mais pobres tipicamente menos diversificada, combinada com um maior peso dado às exportações primárias tradicionais, a proporção de bens do moderno produtor que são importados e a ausência de uma provisão adequada de bem-estar.

Contudo, há uma justificativa analítica para a referencia às “relações dependentes” do comércio internacional? Ou uma ênfase analítica seria mais produtiva se simplesmente dedicada às maneiras de se reduzir o grau de vulnerabilidade ?

Além disso, parece-me que enquanto que é tentador referir à pesada necessidade de capital na periferia ao acesso a bens e tecnologia obtidos do dentro como uma característica significativa das relações dependentes entre centro e periferia, isso não pode ser caracterizado, per se, como uma restrição fundamental no desenvolvimento da periferia. Esta oportunidade ao acesso de recursos externos que não são produzidos internamente pode também, sob algumas circunstâncias, constituir uma oportunidade para o melhoramento do desenvolvimento. Pode também, ao longo do tempo, levar a uma replicação crescente destes bens internamente, juntamente com, ou seguido de, um aumento, primeiro, em inovação adaptativa e, então, em inovações mais fundamentais no design e processamento de produtos,

como ilustrado pelo Japão e outras economias do leste asiático. O que é verdade, contudo, é que as oportunidades para as economias alcançarem estes resultados varram de acordo com alguns determinantes estruturais fundamentais, incluindo os fatores internos listados anteriormente e outros – como o nível de desenvolvimento de capital humano e de infra-estrutura física e a natureza das instituições da economia.

Se fizermos a seguinte pergunta: que aspecto do comércio internacional no sistema capitalista contemporâneo tem implicações adversas sérias para as economias da periferia e isto pode ser classificado como um refletor da relação dependente entre economias da periferia e do centro, a pergunta hoje certamente está: no fenômeno da dependência institucional: na influência dos centros do capitalismo avançado no desenho dos conjuntos de instituições que governam o comércio internacional – acima de tudo, o desenho de regras que são geradas e empreendidas pela OMC. Há ampla evidência que estas regras condicionam o comércio e as oportunidades de desenvolvimento das economias da periferia e que o *design* delas tem sido determinado pelas economias do centro e em muitas maneiras favorecem estas.

Algumas das questões que eu acabei de listar são também ligadas ao penúltimo tema de minha lista introdutória de questões: **a distinção entre relações de dependência temporárias e permanentes.**

Hoje já se reconhece que o trabalho analítico de alguns membros da 'early dependency school', notadamente os trabalhos de André Gunder Frank e outros neomarxistas, foram determinantes: o modelo analítico dos autores tratou as relações entre o centro e periferia do sistema capitalista mundial como efetivamente imutável – e como um bloqueio permanente no desenvolvimento da periferia. Contudo, numa tradição alternativa de análise da dependência – feita por Cardoso, Palma e outros – nós achamos que as relações entre o centro e as economias periféricas (vistas como um grupo ou individualmente) não são imutáveis. Como já dissemos, forças dominantes que estão por trás da expansão de capital no centro estão sujeitas à mudança, e isto afeta as relações com a periferia, enquanto que a natureza destas relações está também influenciada por uma vasta diversidade de condições estruturais que prevalecem entre as economias da periferia (estas também sujeitas a mudanças). Já é possível, já provado ao longo dos últimos 50 anos, para algumas economias periféricas de se sustentarem uma dinâmica de desenvolvimento notável: uma dinâmica que tem transformado as estruturas de produção destas economias e tem também se manifestado em avanços no padrão médio de vida da população.

Isto nos traz à questão de que se, e sob quais condições, alguns relações de dependência são imutáveis. Na prática, muitos poucos parecem se oporem a esta classificação, apesar de isto não implicar que uma modificação de relações de dependência seja necessariamente fácil. Um caso importante está relacionado com a dependência institucional que já referi. É claro que somente maiores avanços na capacidade de negociação, e força de barganha, das economias da periferia (e seus aliados entre somente grupos de comércio no centro) podem levar a uma modificação das regras de comércio nacional e internacional num modo que aumentaria o escopo para o desenvolvimento da periferia. Mas um progresso parece não ser possível, como já ilustrado pelo fato de que os IACs ainda não obtiveram sucesso na obtenção de regras da OMC relacionadas com comércio internacional em serviços para o qual eles têm tentado conseguir mas, ao invés disso, eles têm aceitado a inclusão renovada deste item na agenda da próxima reunião da OMC em Cancun.

Para termos um outro exemplo, agora relacionado à mobilidade de capital financeiro, a Malásia introduziu unilateralmente uma taxaço do tipo Tobin (Tobin Tax) aos movimentos de capital internacional. Outros instrumentos de política que poderiam servir para conter o movimento de capital especulativo podem também ser identificados. O problema é alcançar um design que não terá um impacto adverso no influxo desejado de IDE. Isto é provável de ser mais difícil para as economias mais pobres e mais fracas da periferia: aquelas que têm mais dificuldade em atrair capital estrangeiro. Contudo, o problema provavelmente não é igualmente severo para algumas economias de renda média.

Em cada um destes exemplos, e outros, há um escopo para uma análise das causas de o que pode parecer ser uma relação dependente – mas não simplesmente como um fim em si mesma, para melhorar nossa compreensão das leis correntes de mobilidade do sistema capitalista internacional, apesar da importância: ao invés disso, como um primeiro passo em direção à identificação das barreiras que precisam ser transpostas, e as medidas de política que precisam ser adotadas, se impedimentos ao desenvolvimento devem ser transpostos.

Finalmente, gostaria de tratar do meu último tema: a relação entre as **condições de dependência internacional** e o que me refiro como sendo as **condições de dependência interna**. Sobre esta, falo sobre o status econômico e social, incluindo as condições de trabalho e de vida daqueles na periferia que estão fora do âmbito do emprego na própria economia moderna e nos modernos setores da economia informal. Considero como dependentes internamente aqueles cuja oportunidade de melhora de vida – para eles e suas famílias – é determinada inteiramente ou predominantemente por tendências em setores da economia nacional e/ou pela política econômica.

Enquanto que os prospectos de emprego, e bem-estar, daquelas pessoas podem parecer ter pouca significância econômica, se alguma, para a performance de setores dinâmicos de uma economia, incluindo sua capacidade em desenvolver sob condições adversas de dependência externa e/ou relativamente altos níveis de vulnerabilidade, tal aparência de irrelevância é problemática por duas razões:

- 1) o impacto da força de trabalho internamente dependente da oferta do preço do trabalho no interior da economia e as implicações que se seguem (um impacto que tem significativamente crescido em contextos de proteção reduzida para um salário mínimo).
- 2) O impacto da dependência interna na escala e composição do mercado doméstico.

Os argumentos teóricos que embasam o primeiro destes pontos podem ser encontrados em Arthur Lewis e Arghiri Emmanuel: se uma oferta abundante de trabalho com baixa qualificação é disponível numa dada economia a um salário de subsistência, então empregadores não possuem incentivos de passar qualquer incentivo de produtividade para a massa de força de trabalho. Ao contrário, podemos esperar os empreendimentos competitivos capitalistas que introduzem tecnologias que economizam custos para causar mais competição e, com isso, baixar preços, aumentar fatias de mercado e, assim, aumentar o lucro total. Enquanto isso, o monopólio de capital provavelmente usará os ganhos de produtividade para manter ou aumentar a taxa de lucro e, via cortes prudentes de preços, para também aumentar os lucros. Em setores para exportação, isto significa que os ganhos serão largamente

passados para os consumidores estrangeiros. Na economia doméstica, qualquer corte de preços servirá para reprimir qualquer pressão para aumentos no salário nominal e indiretamente ajudará na contenção de preços de exportação, beneficiando novamente os consumidores estrangeiros. Somente quando a força de trabalho subempregada está totalmente absorvida na atividade produtiva é que a o preço de oferta de trabalho começa a subir – e então os empregadores terão incentivos em canalizar parte do valor dos ganhos de produtividade para aumentos de salário real.

Os argumentos que embasam a segunda razão vêm de fontes diferentes: do trabalho de John Mellor sobre a economia indiana e das contribuições analíticas de Hans Singer e Irma Adelman, assim como alguns trabalhos analíticos sobre 'meeting basic needs'. De acordo com esta perspectiva, políticas que incorporam aqueles que estão vivendo em condições de dependência interna (como definido por mim) em altos níveis de atividades produtivas dinâmicas, através da expansão da demanda pelo produto doméstico e, assim, levando a um processo de "causação" cumulativa em que os aumentos de renda num setor (digamos, agricultura) levam à expansão do produto e renda noutros setores da economia que, então, retroalimentam numa melhora de demanda por produto do primeiro setor. Mellor e Adelman dizem que este espiral de crescimento pode somente ser alcançado sob certas condições específicas: quando a dinâmica de crescimento favorece os métodos de produção intensivos em trabalho. Na agricultura (farming), as oportunidades encontradas deste os 1960s pela geração de um conjunto altamente divisível de inovações bioquímicas têm causado uma abertura para o escopo da dinâmica: estas inovações tornaram possíveis os ganhos substanciais em produtividade da terra, e ganhos significantes em produtividade de trabalho nas fazendas pequenas e médias em oposição àquelas intensivas em capital.

Se oportunidades por absorção de trabalho em pequena escala, fazendas intensivas em trabalho e produção 'non-farm' devem ser exploradas, então duas pré-condições essenciais são um redistribuição apropriada de terra e uma implementação efetiva de políticas integradas para o desenvolvimento de pequenas fazendas familiares. Claramente, nem todos os países são igualmente adequados para melhorar o desenvolvimento de fazendas intensivas em trabalho como um meio de aumentar as oportunidades de emprego para os pobres. Mas para muitas economias de média e baixa renda, há um escopo para uma ênfase na estratégia aqui relatada como um meio de expansão do mercado doméstico e, ao longo do tempo, aumentar o preço da oferta do trabalho. A expansão do mercado doméstico dará um maior escopo para a geração de uma dinâmica de crescimento doméstico e, assim, as relações econômicas internacionais terão menos influência na performance econômica doméstica.

São essas razões que me fazem sugerir que, no Brasil, o MST deve ser visto como um movimento para reforma social e econômica e não somente reforma social.

Contudo, no Brasil, assim como noutros lugares, a promoção efetiva de oportunidades de trabalho de massa e rendas (seja por trabalho assalariado ou por conta própria) também depende da criação de uma infra-estrutura física e institucional servindo comunidades rurais que satisfaçam os setores de pequenas fazendas familiares. Isto tem, por exemplo, implicações para o desenho de pesquisa (em vários aspectos de produção, processamento e marketing) e para a disseminação de informação técnica assim como para o desenvolvimento de organizações de fazendeiros para o processamento de produtos e marketing. Numa economia

dominada, por razões históricas, por um 'farm sector' dinamicamente grande, alcançando um comprometimento de política para dar suporte aos produtores de pequena e média escala pode ser difícil – mas isto não pode ser visto como impossível.

Não quero sugerir que o 'farm sector' dá somente oportunidades significativas para a absorção de trabalho subempregado na atividade produtiva. Por exemplo, como já é reconhecido, investimento apropriado em capital humano podem também contribuir para este resultado. Contudo, sugiro que para muitas economias, o apoio primariamente no acesso expandido aos sistemas educacionais públicos, e a melhora dos mesmos, combinado com outras reformas (investimentos em infra-estrutura, reformas das instituições macro-econômicas) não são condições suficientes para o alcance de avanços institucionais na absorção de trabalho no curto e médio prazo, como a experiência já mostrou.

Conclusão

A título de um sumário final dos pontos até aqui tratados, posso indicar os seguintes pontos chaves:

- Ao longo da metade do ultimo século, a economia mundial testemunhou um crescimento acelerado na interdependência entre as nações devido, *inter alia*, aos avanços tecnológicos gerados no centro (exemplo, transporte tecnologia de comunicação) e às mudanças de políticas seletivas feitas para abrir as economias (e dirigidas pelo centro).
- Uma conseqüência destas tendências tem sido uma crescente competição entre as economias da periferia; isto está se tornando um determinante importante do desenvolvimento econômico da periferia.
- A velocidade da mudança na integração internacional e na tecnologia implica a necessidade para um rápido processo de aprendizado e adaptação de política para todas as economias: sejam avançadas ou aquelas menos avançadas.
- Estas mudanças têm diferentemente as economias da periferia. Em geral, as economias mais pobres (com exceção das grandes economias da Índia e China) são as mais vulneráveis às mudanças recentes na economia internacional.
- Para as economias menos avançadas em geral, e em qualquer período de tempo, o desenvolvimento pode parecer ser contraído por condições externas. Contudo, devem-se distinguir os seguintes pontos:
 - 1) restrições geradas externamente daquelas geradas por pobres políticas domésticas;
 - 2) condições permanentes e temporárias de dependência: como emergem as novas restrições geradas externamente, ou fontes de vulnerabilidade, há uma necessidade urgente para uma análise que não somente identifica a

natureza do problema mas procure estabelecer se ações políticas feitas pela periferia podem servir para reduzir/transpor as restrições.

- É ainda difícil identificar as condições de dependência ligadas às duas condições de Lall. Contudo, um candidato contemporâneo é a dependência institucional.
- O alívio da dependência interna, desejável em seu sentido moral, pode também ser um meio em que os impactos adversos da performance do desenvolvimento da periferia podem ser diminuídos pela melhora do escopo para a geração de uma dinâmica interna de desenvolvimento.
- Em alguns países da periferia, uma maior ênfase política em questões relacionadas ao acesso a terra para o pobre e ênfase em políticas que dão suporte à agricultura de pequena e média escala é um meio em que estes resultados podem ser alcançados.